

JORNAL DO SERVIDOR

DA REDAÇÃO

Ilustração / Imagem gerada por IA



29,8% dos profissionais da educação afirmam ter depressão

Adoecimento mental em 97,6% dos profissionais da Educação

Pesquisa realizada pela Apeoesp, sindicato que representa os professores da rede estadual de São Paulo, aponta que o adoecimento mental, em maior ou menor escala, atinge 97,6% dos profissionais da Educação e 81,1% da Saúde.

Para esses servidores, o sofrimento psíquico está associado principalmente às condições de trabalho. A pesquisa, que não teve a data de coleta divulgada, reuniu respostas de trabalhadores das duas áreas e mostra mudanças na organização das atividades, com relatos de intensificação da rotina e pressão por resultados, como causadores do adoecimento. Também há registro de adoecimento físico relacionado ao trabalho, com parte dos servidores relatando afastamentos ao longo da carreira.

41% apontam ansiedade e pânico

Entre os sintomas relatados na Educação, 41% apontam ansiedade e síndrome do pânico, 33,5% distúrbios do sono, 29,8% depressão e 24,8% afastamento por adoecimento mental. Na Saúde, 31,9% mencionam insônia, 29,4% ansiedade e síndrome do pânico, 25,2% depressão e 16% afastamento. No recorte físico, 80,2% dos profissionais da Educação associam problemas de saúde ao trabalho e 60,3% já se afastaram. A Saúde registra 54,5% de afastamentos.

Marcos Santos/USP Imagens



Conselho espera 3,47% nos salários dos servidores

Cruesp propõem reajuste salarial

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), propôs um reajuste de 3,47% nos salários dos servidores docentes e técnico-administrativos da USP, da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Esta proposta foi apresentada durante reunião com o Fórum das Seis e busca recompor o poder de compra dos salários sem comprometer o equilíbrio financeiro das universidades. No caso da USP e da Unicamp, o reajuste ainda precisa ser aprovado pelos órgãos deliberativos.

Remuneração de até R\$ 13,7 mil na UnB

Terminam nesta quinta-feira (7) as inscrições para as seleções da Universidade de Brasília (UnB) voltadas a professores substitutos, visitantes e pesquisadores visitantes estrangeiros. Há oportunidades em diversas áreas, com vagas imediatas e cadastro reserva. A remuneração pode chegar a R\$ 13,7 mil, e o processo inclui análise de títulos e etapas como provas escrita, didática e oral.

Premiação I

Os servidores de todo o país podem se inscrever na 8ª edição do Prêmio Espírito Público até o dia 1º de junho. A ação valoriza projetos que melhoram os serviços à população e prevê um prêmio de R\$12 mil aos vencedores. Os profissionais precisam ter pelo menos cinco anos de experiência no serviço público

Premiação II

Podem participar servidores da administração pública direta e indireta, em todas as esferas. Os projetos podem ser individuais ou não e devem estar relacionados a áreas de desenvolvimento social, educação, gestão de pessoas, transformação digital, meio ambiente, emergência climática, saúde e segurança

Segurança I

A Câmara dos Deputados está analisando o Projeto de Lei nº 2212/2026, que cria a Política Nacional de Segurança e Proteção no Ambiente Escolar. A proposta estabelece ações de prevenção à violência nas escolas, além de medidas para garantir a segurança de professores, equipes escolares e alunos.

Segurança II

Entre as ações estão o controle de acesso, o uso de câmeras, botão de emergência, planos de evacuação e treinamento de profissionais, além de apoio psicológico e programas de mediação de conflitos. Para os servidores, a proposta melhora as condições de trabalho, com mais segurança, apoio e capacitação para situações de risco.

Judiciário I

Após decisão do STF que abriu margem para adicionais fora do teto, órgãos estaduais ampliaram benefícios. Pará estuda elevar comarcas com gratificação de 10% de 16 para 77. Mato Grosso aprovou adicional similar. Já Ceará, Rio Grande do Sul e Minas Gerais retomaram parcela por tempo de serviço, extinta há quase duas décadas.

Judiciário II

Outras medidas incluem novos auxílios e regulamentações. No Ceará, há bônus de até 3% para magistrados com filhos pequenos. A Justiça Militar criou extra por acúmulo de funções. No Paraná, o MP instituiu pacote de adicionais, enquanto o TJ chegou a propor gratificação para supervisão de estágios, depois revogada.



Parlamentares buscam acordos para votar as matérias

Congresso avança com propostas a servidores

Propostas em tramitação ampliam remunerações e reduzem jornadas

Da redação

Em ano eleitoral, o Congresso Nacional tem avançado com propostas que ampliam direitos de servidores públicos em áreas como saúde, educação e limpeza urbana. As medidas incluem criação e reajuste de pisos salariais, redução de jornada e mudanças nas regras de aposentadoria.

Uma das propostas em tramitação é a PEC 14 de 2021, como principal autor o Deputado Dr. Leonardo (Solidariedade-MT) que trata dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. O texto prevê aposentadoria com regras mais flexíveis, possibilidade de antecipação do benefício, efetivação de vínculos temporários e garantia de integralidade e paridade. A proposta foi aprovada na Câmara e está em análise no Senado.

No Senado, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou piso de R\$ 13,6 mil para médicos e cirurgiões-dentistas. A proposta, de autoria da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ainda precisa passar por outras etapas de tramitação. Para a enfermagem, a PEC 19/2024, de autoria da senadora Eliziane Gama (PSD-MA), reduz a carga horária para 36 horas semanais, sem redução salarial, e estabelece reajuste anual do piso com base na inflação.

Na Câmara, foi aprovado projeto de autoria do deputado

Duarte Júnior (PSB-MA) que fixa piso de R\$ 3.036 para trabalhadores da limpeza urbana, com adicional de 40% de insalubridade. O texto depende de encaminhamento no Senado.

No fim de abril, o deputado Marcos Tavares (PDT-RJ) apresentou projeto de lei que institui o Programa Nacional de Reconhecimento Funcional do Período da Emergência Sanitária para assegurar o cômputo do tempo de serviço prestado entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 para fins de evolução funcional, adicionais por tempo de serviço e demais direitos correlatos dos servidores públicos civis e militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Na área da educação, propostas em tramitação preveem a redução da jornada do magistério para 30 horas semanais (de autoria da deputada federal Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP) e o pagamento de adicional de insalubridade aos profissionais do setor, de diferentes autores. As propostas têm avançado em comissões nas últimas semanas, com presença de representantes das categorias no Congresso.

Os parlamentares têm buscado acordos para viabilizar a tramitação das matérias. Em alguns casos, a análise pode ser adiada para depois das eleições.

Com informações da Folhapress